

# *Miséria, Desigualdade e Estabilidade:*



## *O Segundo Real* *Sumário Executivo*



# Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real

## **Coordenação:**

Marcelo Cortes Neri

[cps@fqv.br](mailto:cps@fqv.br)

## **Equipe do CPS:**

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento

Ana Beatriz Urbano Andari

Ana Lucia Salomão Calçada

André Luiz Neri

Carolina Marques Bastos

Helen Harris

Juliana Paiva Leite

Paloma Madanelo de Carvalho

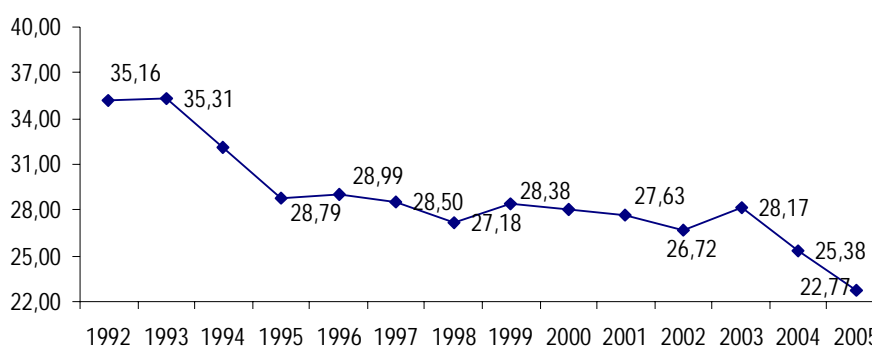
## Miséria, Desigualdade e Estabilidade:

### O Segundo Real

#### Resumo

As séries de pobreza desde 1992, indicam duas marcadas mudanças de patamar. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35.3% para 28.8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28.2% da população quando inicia um novo período de queda, chegando a 22.7% em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19.18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável a queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O paralelo existente na redução de miséria entre os dois episódios ocorridos dez anos a parte, pode ser percebido no gráfico abaixo.

Miséria - % da População - Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

\* Definida como a parcela da população que tem renda per capita inferior a 121 reais a preços de hoje da grande São Paulo ajustada por diferenças regionais de custo de vida. OBS: 1994 e 2000 são médias dos anos adjacentes. Nesses anos a PNAD não foi a campo

Seguindo uma análise por períodos administrativos, a miséria cai 21.8% nos dois Governos FHC e 15.16% nos três primeiros anos do governo Lula, conforme os gráficos ilustram. Dadas as diferenças de horizontes de tempo envolvidas, a miséria cai, em termos médios anuais, 3.2% no total da administração FHC e 5.2% na de Lula, queda próxima àquela observado no primeiro mandato de FHC (5.1%), corroborando o paralelismo dos episódios aqui traçado.

Como se sabe, a mudança de patamar da miséria observada no período 1993 a 1995 esteve associada à implementação do Plano Real embora os mecanismos de transmissão das mudanças sejam passíveis de discussão. Agora quais são as características associadas às mudanças da pobreza observadas entre 2003 e 2005? Em particular, de que forma a combinação entre crescimento e desigualdade interagiu nos dois episódios. Que políticas públicas como mudanças de regime macroeconômico (o próprio lançamento do Plano Real, a introdução de metas inflacionárias, entre outros) e alterações no regime de política social (como o lançamento do Bolsa-Família, reajustes do salário mínimo entre outros) explicam as mudanças observadas? Quais são os canais específicos de atuação destas políticas? Estas são algumas das questões endereçadas pela presente pesquisa.

Em termos mais gerais, o Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo, no período de 1960 a 1995. Desde o começo dos anos 80, conter a inflação passou a ser o foco das políticas públicas no Brasil. Durante os últimos 25 anos, mudanças nesses indicadores sociais têm refletido a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro: até 1994 as fontes de instabilidade foram as sucessivas tentativas, e falhas, de estabilização, enquanto a partir de 1995 a principal fonte de instabilidade foi a chegada (e a

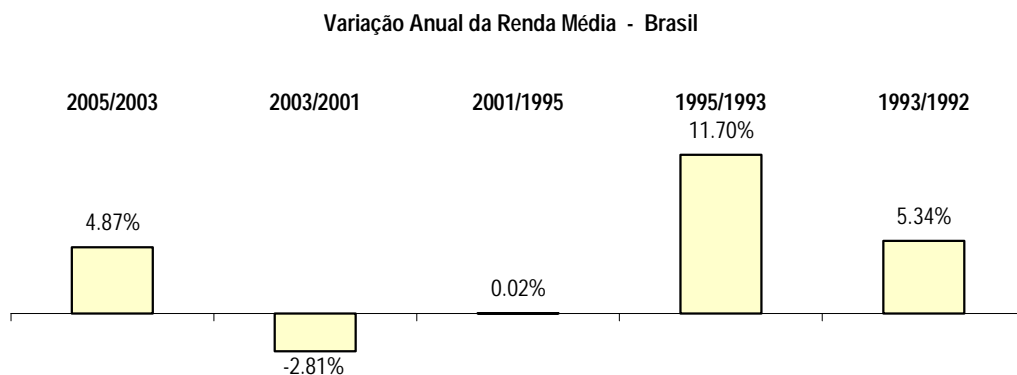
saída) de crises externas. Similarmente, o Brasil tem sido notoriamente conhecido como um dos países que têm a maior desigualdade de renda do mundo. Após sua íngreme ascensão nos anos 60, a desigualdade brasileira têm sido persistentemente alta, mas permaneceu estável entre 1970 e 2000. Contudo, em anos recentes em particular a partir de 2001, a desigualdade está em declínio que trouxe a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos nos últimos 25 anos, notadamente 1976 quando as séries da PNAD podem ser na prática processadas. É razoável afirmar que da mesma forma que a década anterior foi a da estabilização da inflação, a década atual é - até agora - a da redução da desigualdade de renda. O tema central deste estudo são os momentos de inflexão de inflação e de desigualdade, onde o Brasil ocupa lugar de destaque nas séries estatísticas internacionais e a análise de impactos sobre miséria e bem estar social.

## A Dança Distributiva

Trabalhamos aqui com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda (domiciliar *per capita* - isto é, a soma da renda de todos os membros dos domicílios dividido pelo número de membros).

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* em 2005 (mais precisamente, 45,1% - renda média de R\$ 1877); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (14,1% - R\$ 123); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8% - R\$ 440 em média), constituindo um país de renda média, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia. A abordagem por grupos de renda (Belíndia ou Belperdia) contrasta com aquela baseada no PIB *per capita* aonde a ponderação é proporcional à renda de cada pessoa - os indivíduos implicitamente "valem o que ganham". Este aspecto é especialmente relevante no caso brasileiro, onde o alto grau de desigualdade de renda observada torna a sua média um mal indicador de bem-estar social.

Propomos aqui uma cronologia que divide o período de 1992 a 2005 recente em cinco fases: a) incerteza institucional e inflação crônica pré-1995 (julho de 1994); b) *boom* pós-estabilização inflacionária 1993 a 1995; c) incerteza crítica em relação a choques externos (1995-2001); d) incerteza em relação a situação externa e mudanças políticas internas (2001-2003) ; e e) boom pós-choque de confiança (2003 em diante). Os gráficos seguintes fornecem as variações médias anuais.



Há uma fase, antes do Plano Real, que denominamos de incerteza crônica, quando a população estava acostumada a conviver com a instabilidade derivada da inflação alta e persistente e da aplicação de pacotes econômicos. Os agentes e instituições desenvolveram uma série de mecanismos para se defender da inflação, cujo principal efeito colateral era perpetuar a própria inflação. Essa fase abrange vários períodos marcados por sucessivos pacotes econômicos e planos de estabilização, mas se começarmos pelo período (1992-93), marcado por taxas de inflação ascendentes e um aumento da renda expressivos só entre os mais ricos (12,3% contra -1,6% ao ano, dos mais pobres), implicando em forte aumento da concentração de renda.

A fase seguinte (1993 a 1995) pode ser classificada como de lua-de-mel com o Plano Real. Todos os segmentos da população ganharam aumentos de renda em torno de 12% ao ano, em ritmo de milagre econômico. A incerteza crônica foi, de uma maneira muito rápida, retirada da economia - gerando ganhos de bem-estar importantes - e substituída por uma fase de euforia e de *boom* econômico e social.

Em seguida, há uma fase em que o país ficou exposto a uma série de choques externos. A natureza da incerteza percebida neste período é diferente do aspecto cotidiano daquele observado no período de inflação alta. É uma fase de incerteza crítica no sentido de uma crise aguda que estaria ainda por vir. Os resultados indicam que os mais pobres foram poupados, mas os demais grupos apresentaram quedas absolutas de renda no período 1995-01.

O Brasil passou a conviver com a possibilidade de uma grande deterioração, como as que ocorreram nas economias asiática e russa em 1997 e 1998. Em termos agregados, havia a possibilidade de um choque de proporções consideráveis. Os cidadãos passaram a conviver mais de perto com a possibilidade de desemprego de longa duração. Não falamos de uma sucessão de choques micro ou macroeconômicos, como no período de inflação crônica, mas da expectativa de choques não triviais e de natureza desconhecida. Em 1999, o Brasil foi bola da vez, e para a surpresa de muitos, o país não acabou. Os aumentos da inflação e do desemprego observados após a desvalorização ficaram aquém das expectativas generalizadas.

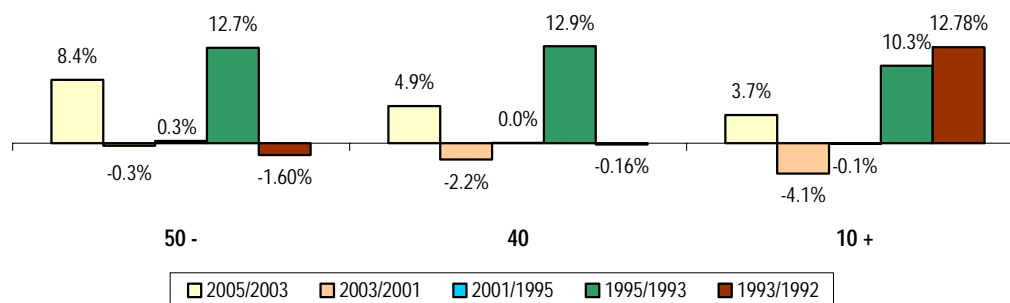
Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1995-03) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta menos séria.

A dissipação da incerteza crítica em 2000 contribui para o aumento de investimentos domésticos e diretos estrangeiros e para a contratação de mão-de-obra formal, mas que são abortadas com as sucessivas crises de energia doméstica, Argentina e a recessão americana de 2000, mas isso é uma outra história.

O período (2001 a 2003) se caracterizou por perdas de renda com redução de desigualdade. Apesar de atingir todos os segmentos da população, foram menos pronunciadas para os de mais baixa renda, -0,3% contra -4,1% ao ano, dos mais ricos (-0,6% e 7,9% no acumulado do período).

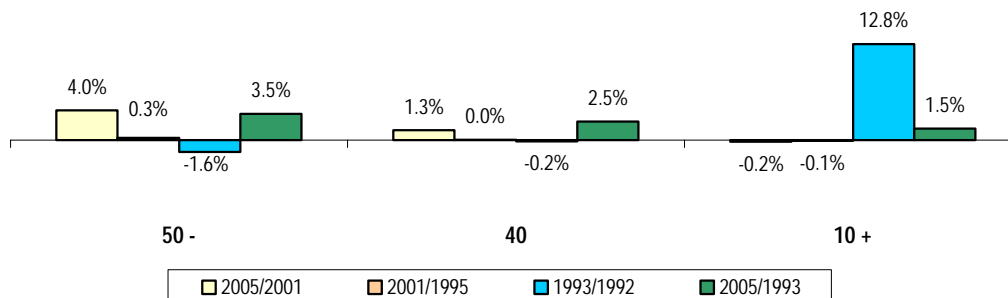
No período mais recente (2003 a 2005), o crescimento anual total de 4,8%, também de distribuiu de forma diferenciada entre os seguimentos populacionais. Os mais pobres foram os que mais ganharam, com acréscimos anuais de 8,4% na renda (contra 3,7% do décimo mais rico e 4,9% do grupo intermediário).

Varição Anual da Renda Média - Brasil



Outros períodos também podem ser analisados nos gráficos abaixo. É possível notar, por exemplo, que os 10% mais ricos foram os únicos perdedores no período de 2001 a 2005 (queda de 0,2% contra 4% de ganho dos mais pobres). Se analisarmos o que aconteceu nos últimos 12 anos, percebemos ganhos para todos os grupos que chegam a 1,5% e 3,5% anuais, para os mais ricos e mais pobres respectivamente.

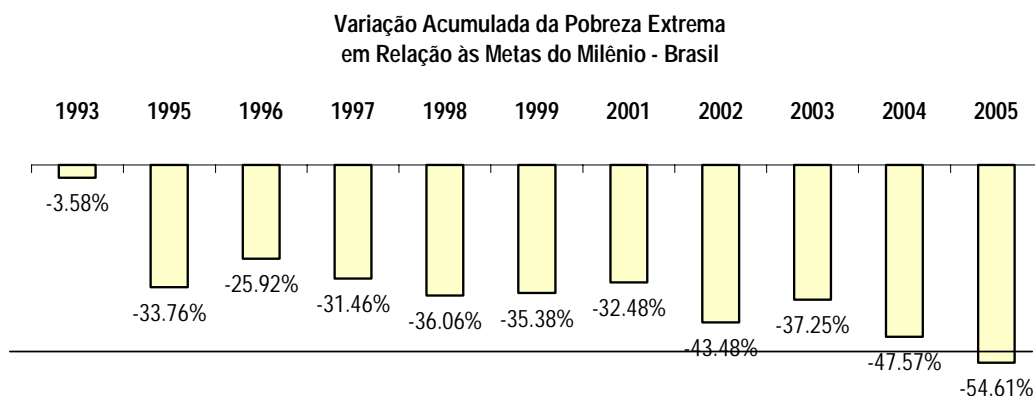
Varição Anual da Renda Média - Brasil



### Cumprimento das Metas do Milênio

Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da miséria através da linha adotada na primeira Meta do Milênio, de redução da extrema pobreza a metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de 1 US\$ por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil (usamos também neste caso o deflacionamento dado pela POF 2003). Em 2005, a extrema pobreza também atinge seu nível mais baixo: 5,32% da população brasileira com renda domiciliar per capita inferior a esse valor. Os dados revelam o cumprimento da primeira meta em metade do tempo previsto (de 25 anos), ou seja, entre 12 e 13 anos, contados a partir de 1992 dada a consistência metodológica dos questionários da PNAD e não do marco zero das metas em 1990. Tomando como base 1992, a redução acumulada de miséria até 2005 atinge 54,6%. Em 3 anos (1992-1995) já se podia notar redução de 33,76% mas em 10 anos (1992-2002), isto aumenta apenas para 43% da miséria total. O último boom levou acima do cumprimento da meta do milênio com queda acumulada de 54,6%. Ou seja, a meia vida da extrema miséria do Brasil que

deveria ser de 25 anos pelos acordos internacionais acabou sendo aproximadamente a metade disso. O gráfico abaixo mostra a trajetória acumulada de redução ano a ano.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

## Cenários Futuros

A pesquisa realiza alguns cenários futuros sobre a miséria no país: se a economia crescer 4.5% ao ano por quatro anos consecutivos, sem mudanças de desigualdade, a proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$121 por mês) cairá dos 22,77% de 2005 para 19,74%, uma queda de 13,28% e. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Por exemplo, se nos próximos quatro anos a desigualdade brasileira mantiver a trajetória de queda dos últimos quatro anos (iniciada em 2001) a proporção de miseráveis cairia em 34%.

### Cenários Sobre a Miséria

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Varição
<b>Brasil 2005</b>	437.44	22.77	
<b>Efeito Crescimento*</b>			
3%	450.56	21.94	-3.62%
12%	489.93	19.74	-13.28%
<b>Efeito Desigualdade (RJ) **</b>			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	437.44	21.82	-4.18%
3%	450.56	20.85	-8.44%
12%	489.93	18.23	-19.94%
<b>Efeito Desigualdade (BA) ***</b>			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	437.44	18.14	-20.33%
3%	450.56	17.40	-23.58%
12%	489.93	15.01	-34.05%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

\* Crescimento da renda per capita

\*\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2004 (Gini cai de 0,568 para 0,561)

\*\*\* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade da Bahia no ano 2004 (Gini cai de 0,568 para 0,548)

## Os Dois Reais: Miséria, Desigualdade e Crescimento

Os episódios de redução de pobreza de 1993-05 e 2003-05 apresentam semelhanças e diferenças. Começando pelos determinantes próximos da miséria e do bem estar social, a saber: crescimento e equidade. A partir do conceito de renda domiciliar per capita que sintetiza uma série de efeitos operantes nas políticas públicas e na vida privada, aí incluindo emprego e auto-emprego, de aposentadorias, pensões, programas sociais, aluguéis, transferências privadas (pensões alimentícias etc), renda de juros e etc.

Calculamos sobre a renda domiciliar per capita, como medida síntese, a média e diversas medidas de desigualdade. Começamos pela medida de desigualdade mais popular existente: o índice de Gini Para se entender o altíssimo grau de desigualdade de renda brasileira com Gini 0,568, estamos mais perto da perfeita iniquidade do que da situação onde todos são iguais. Consideramos nos cálculos todas as pessoas com rendas nulas, o que pode gerar algum descolamento com as séries divulgadas pelo IBGE tanto na média e como na desigualdade de rendimentos que só considera a ocorrência de rendas positivas em cada conceito. Implicitamente o índice de Gini dá mais peso àqueles com menor renda, logo aqueles com renda zero recebem na metodologia aqui adotada os maiores pesos.

### A Medida de Sen

A fim de fornecer uma síntese final acoplamos os efeitos da media e da desigualdade numa função bem estar social proposta por Amartya Sen, o Nobel de Economia. A renda média de 437 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 43.2% deste valor, 189 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. Apresentamos na tabela abaixo a evolução ano a ano da média de renda, da desigualdade de renda e da combinação das duas, dada pela medida de Bem Estar, originalmente proposta por Sen.

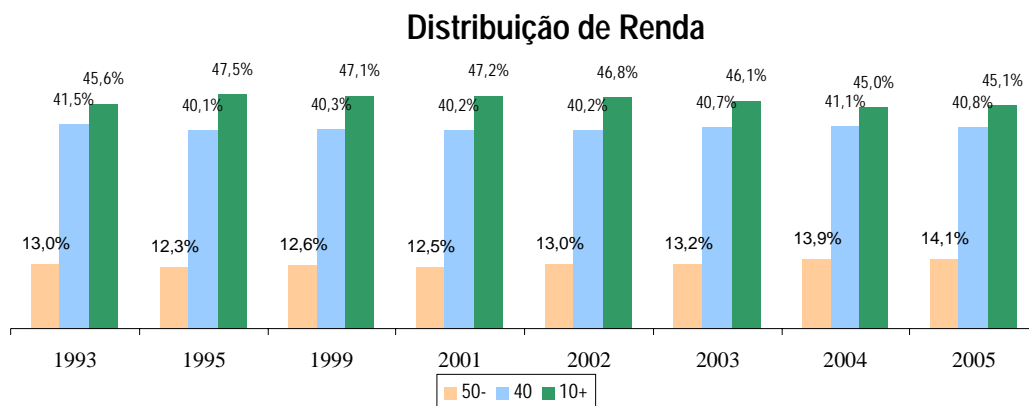
	RENDA DOMICILIAR PERCAPITA		
	Renda	Gini	Bem Estar
1992	320.05	0.583	133.39
1993	337.15	0.607	132.57
1995	420.66	0.599	168.53
1996	427.34	0.602	170.13
1997	430.83	0.600	172.15
1998	437.70	0.600	175.04
1999	412.92	0.594	167.79
2001	421.05	0.596	170.24
2002	422.30	0.589	173.76
2003	397.76	0.583	165.92
2004	410.23	0.572	175.69
2005	437.44	0.568	188.96

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A tabela demonstra crescimento de renda média e da medida sintética de bem estar de Sen de 1993 até 1998 (medidos a preços constantes de 2005), com ênfase ao crescimento de 27% no período 1993 a 1995, quando a renda média sofre forte recuperação e a desigualdade uma pequena redução. A renda aumenta após a recessão de 2003 e a desigualdade apresenta marcada redução após 2001. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar per capita ocorrida em 2004 é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003, quando o Gini passou de 0,596 para 0, 583, mas desacelera em 2005. No último ano o ritmo de desconcentração de renda é menos de um terço daquele observado em 2004, mas continua atípico frente ao histórico das séries brasileiras que comprovavam até o início da década o Brasil como um caso crônico de iniquidade inercial.

## Desigualdade

A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira que ficou mais ou menos estagnada na década passada, justificando seu nome, muda e passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,5% para 14,1%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,2% para 45,1%. Vejamos a variação em vários trechos da distribuição.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Centrando agora no último ano: o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda se mantém mais ou menos constante (de 45% em 2004 para 45,01%). A parcela dos 50% menores da renda sobe 0,2 ponto de porcentagem (de 13,9% para 14,1%). A diferença é explicada pela queda da parcela apropriada pelos 40% intermediários (de 41,1% para 40,8%). Ou seja, a classe média no sentido estatístico - qual sejam os que auferem a renda média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda).

O quem é quem da distribuição de renda: Os dados da PNAD mostram quem foram os principais ganhadores e os perdedores da dança distributiva. Entre 2004 e 2005, todos ganharam, pois a renda média do brasileiro na PNAD sobe 6,6% em 2005 contra 1% do crescimento do PIB per capita do mesmo ano. Em compensação a desigualdade cai pouco -0,6%, bem abaixo da queda dos três anos anteriores: -1,9% em 2004, -1% em 2003, e -1,2% em 2002. Em 2005 a renda dos 50% mais pobres sobe 8,56%, a parcela dos 40% intermediários sobe 5,74% e a renda dos 10% mais ricos sobe 6,89%. Em 2005, se o pão dos pobres não caiu com a margarina voltada para baixo, o croissant dos ricos também não caiu com a geléia importada no chão.

O quadro abaixo sintetiza a dança distributiva destes grupos ano a ano ao longo da presente década.

	PIB per Capita	Renda Domiciliar per Capita	50% + Pobres	40% Médios	10% + Ricos
<b>2002</b>	0.45%	0.30%	3.65%	0.34%	-0.68%
<b>2003</b>	-0.91%	-5.81%	-4.15%	-4.67%	-7.32%
<b>2004</b>	3.43%	3.14%	8.34%	4.13%	0.68%
<b>2005</b>	0.83%	6.63%	8.56%	5.74%	6.89%

Fonte: CPS/FGV - PNAD/IBGE e Contas Nacionais

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE e Contas Nacionais

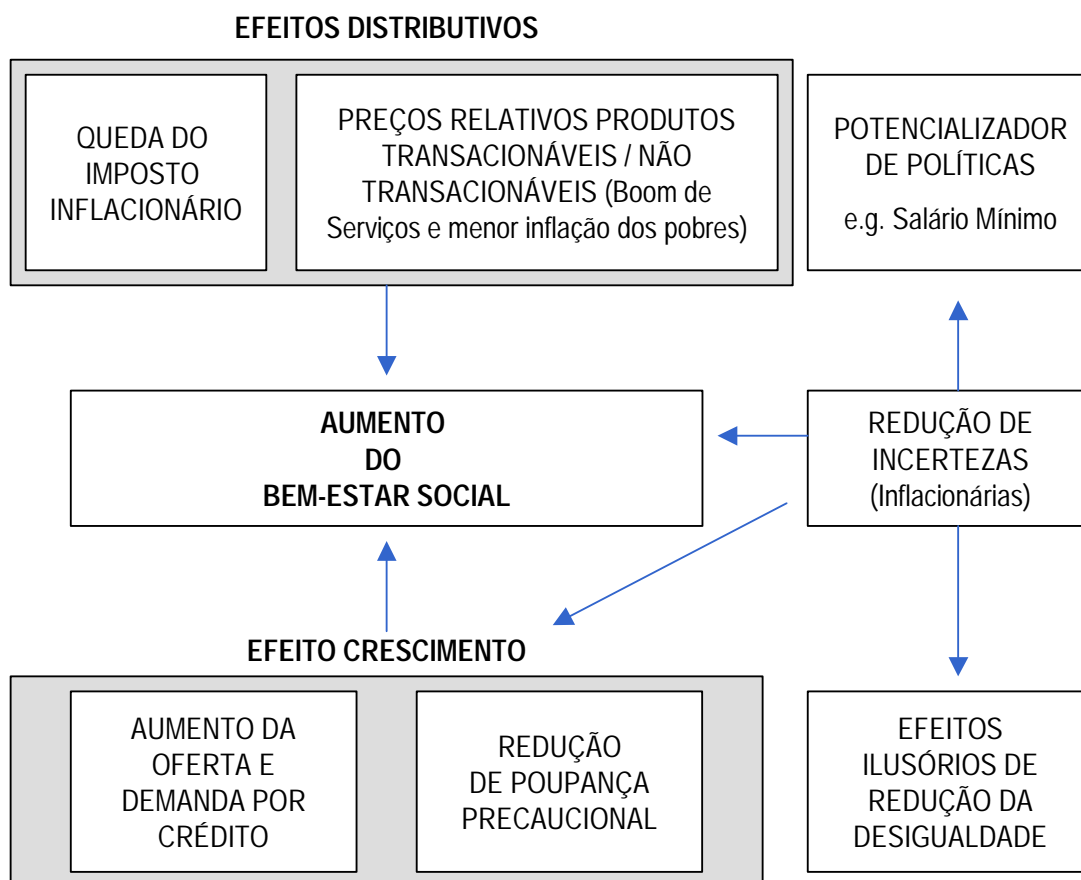
## Os Dois Reais: Determinantes

Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com os gestores de políticas apresenta altos e baixos. Analisamos essas flutuações, segundo uma perspectiva distributiva.

### A Lua-de-mel do Real (1993-95)

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda. A fase da URV, entre fevereiro e julho de 2004, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate a inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas de forma mais importante melhorou as condições para o planejamento e a aplicação de políticas sociais além de induzir a um boom de crescimento pós-estabilização. Apresentamos abaixo um esquema organizando os principais efeitos do Plano Real sobre a pobreza (e o bem estar social) e os respectivos canais de crescimento, equidade e estabilidade associados.

## EFEITOS DO REAL



Após o lançamento do Plano Real tivemos, junto com a redução da inflação, um ganho de bem-estar associado à menor incidência do imposto inflacionário, principalmente nas classes de renda mais baixas. Simulações desse efeito revelam um aumento de 10% na renda de quem não tem acesso a mecanismos

financeiros sofisticados e uma redução de pobreza de 5%. Essa é uma característica da estabilização, mas que vai explicar apenas uma pequena parte do ganho social observado depois do Real.

Um segundo efeito refere-se ao tipo de estabilização que foi feita. Fixou-se a taxa de câmbio, abriram a economia e ocorreu um *boom* de consumo. A apreciação cambial gerou uma queda relativa na inflação dos mais pobres, medidos, por exemplo, através de cestas básicas. As medidas em relação ao setor externo beneficiaram os setores de produtos não-transacionáveis, como serviços, mas prejudicaram os transacionáveis, como indústria. E é o setor de serviços que abriga o maior número de pobres ocupados da economia. Houve, então, um grande impacto redutor de pobreza. Isso explica por que algumas regiões, como o Rio de Janeiro, por exemplo, foram mais beneficiadas do que outras, como São Paulo.

O terceiro efeito, o principal, diretamente ligado à estabilização, é a redução das incertezas. Nessa passagem da incerteza crônica para um período de estabilidade há ganhos de bem-estar social diretos, pois se consegue planejar o futuro. A estabilização também aumenta a demanda por crédito (poupança negativa) por parte das famílias, que podem ter um comportamento menos prudente em relação ao futuro e se liberam para consumir e tomar crédito. Por outro lado, bancos e financeiras tendem a se sentir mais seguros no monitoramento dos seus potenciais tomadores. A redução de incerteza depois do Real levou — tanto por razões de oferta como de demanda — ao florescimento do mercado de crédito direto ao consumidor.

O principal ganho do real foi trazer estabilidade à renda de cada um. Calculamos isso com base em dados da PME-IBGE que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo e concluímos que a volatilidade da renda domiciliar mensal caiu cerca de 40% com a estabilização.

O efeito de redução de volatilidade contamina as medidas de desigualdade. Parece que a desigualdade caiu mais porque se economia está mais estável, as desigualdades de renda mensais — que é o que se mede no Brasil — são infladas por essa flutuação. Se você tiver uma economia onde a renda média auferida ao longo do tempo é a mesma, uma economia igualitária por definição, mas com rendas que flutuam de maneira dessincronizada, parece que a desigualdade é maior do que é na verdade. A redução dessas flutuações produziu um efeito redistributivo ilusório do Plano Real. A desigualdade de rendas mensais cai três vezes mais que a desigualdade de renda ao longo de quatro meses consecutivos e essa diferença corresponde justamente ao efeito de redução da instabilidade temporal da renda. Em suma, parece que a desigualdade caiu, mais o que caiu mesmo foi a instabilidade da renda individual.

Os efeitos redistributivos diretos do Plano Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de se fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Em primeiro lugar, porque alongou o horizonte de ação de governos e agentes privados, aí incluindo empresas e trabalhadores. Com a estabilidade e o fim do imposto inflacionário ficou mais fácil para o governo e para as famílias implementarem os seus respectivos orçamentos.

O Plano Real viabilizou a ação de políticas sociais, mas não é, em si, uma grande política social. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes. O objetivo do real não foi a redistribuição de renda, mas acabou por gerar um efeito de potencializar a operação de políticas distributivas. Assim não faz muito sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do Real, pois eles ainda estariam por vir.

Segundo a PME, o grosso (55,7%) da redução da pobreza líquida observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 95, nove meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os benefícios da estabilização fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,56% então observada estaria ligada ao reajuste de 43% do salário mínimo concedido na mesma data. O erro parece ser a ênfase dada ao efeito distributivo direto do Real. O ganho maior foi a redução de incertezas e o boom de crescimento associado, sem falar na melhora da operação de políticas distributivas, como o aumento do salário mínimo exemplifica.

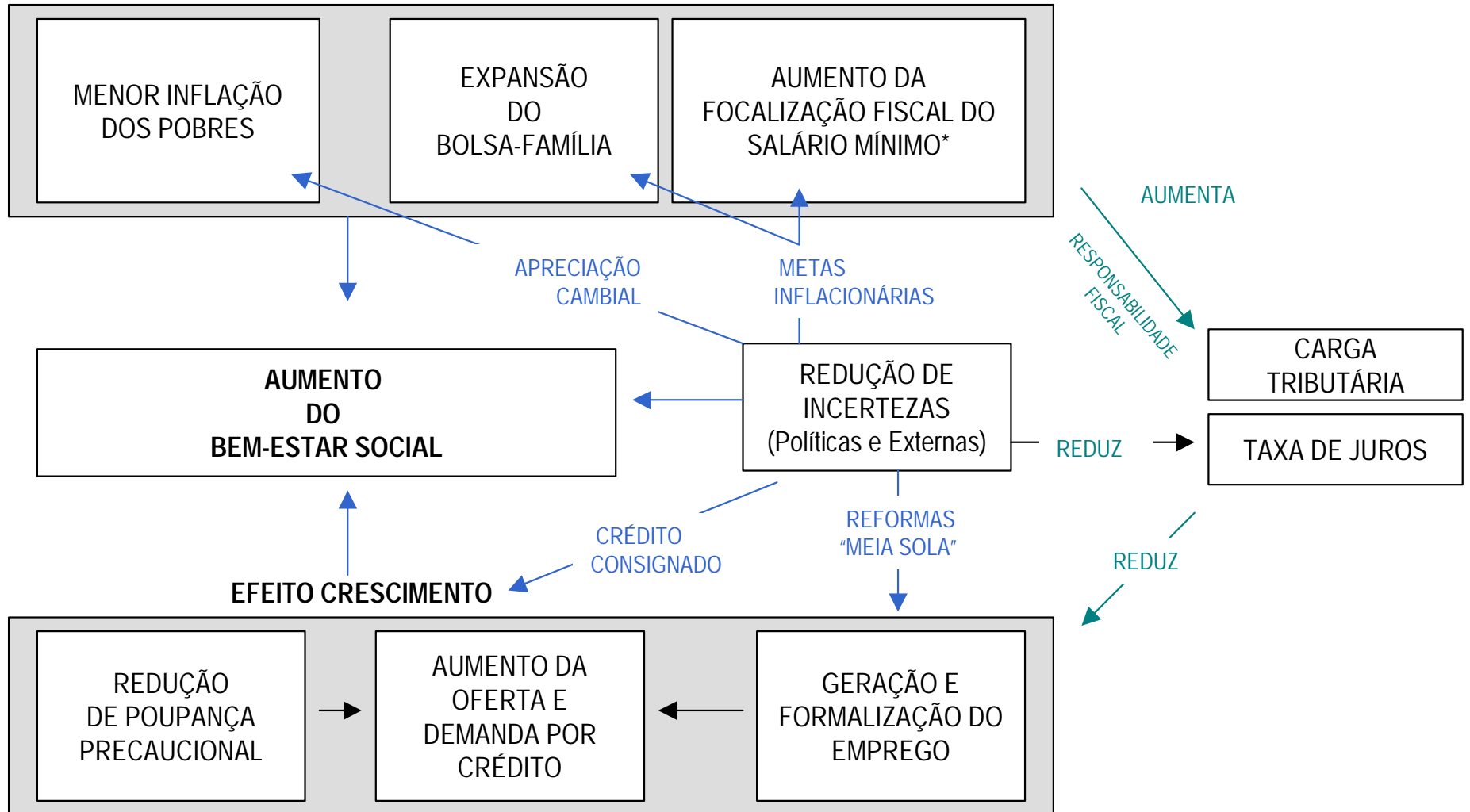
### **A Segunda Lua de Mel (2003-2005)**

Como dissemos a partir da superação da recessão de 2003, o Brasil vive um período de redução de pobreza similar em magnitude ao observado após a implementação do Plano Real. Apresentamos a seguir uma visão esquemática dos principais efeitos de redução de pobreza e de aumento de bem estar social, observados no período recente.

A nova administração iniciou no que denominaram de um choque de confiança nos mercados, logo no começo de 2003, principalmente ao manter os três principais pilares do regime macroeconômico, recorrendo novamente às altas taxas de juro real. O lançamento do Programa Fome Zero no começo do novo governo significou uma ruptura inicial nas políticas de transferência de renda que foram gradualmente sendo implementadas. Os resultados do que pode ser percebido como um desajuste das políticas sociais, combinadas com os custos sociais de um ajuste macroeconômico, resultaram na estagnação em 2003 e no aumento da pobreza.

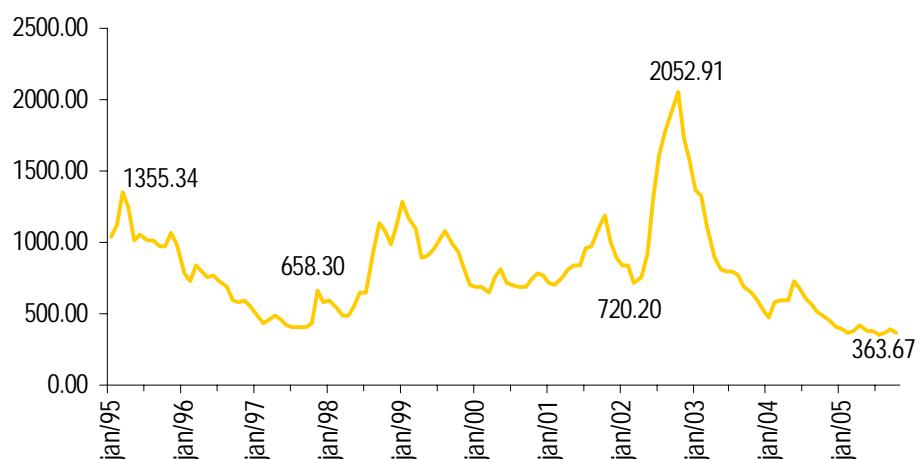
A análise da diminuição da instabilidade de renda em ambos episódios ocupa lugar de destaque na análise atual<sup>iii</sup>. Argumentamos aqui pela existência de efeitos de redução de incertezas no período 2003-2005, embora de natureza diferente do caso da estabilização. A última esteve associada à redução de incertezas críticas associadas a transição rápida e persistente da alta inflação<sup>iv</sup> para a baixa inflação. No caso recente observamos o efeito do que foi denominado no começo do governo Lula de “choque de confiança”, algo que a chamada “Carta aos Brasileiros” procurou sinalizar antes das eleições de 2002. No fundo o grande plano econômico de Lula é que ele não tinha plano. Diversos indicadores que captam risco como a taxa de câmbio e o chamado risco-Brasil medido pelo spread do C-Bond sinalizavam.

## EFEITOS DISTRIBUTIVOS



\* com perda de efetividade trabalhista

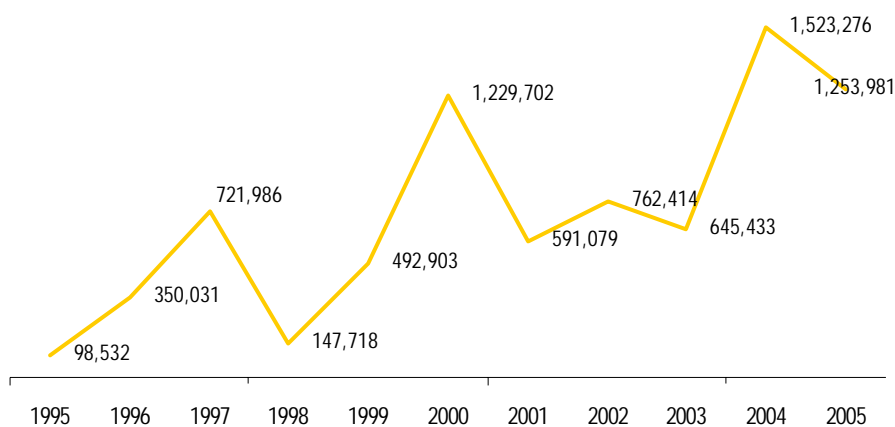
### Spread do C-Bond - Mensal



Fonte: Bacen <sup>v</sup>

A queda destes indicadores ligados ao risco percebido pelos mercados financeiros, não foi a única a ser observada, o aumento do emprego formal do período 2004-05 é uma das principais características do período e pode ser percebida como melhora do risco percebido pelo empresariado<sup>vi</sup>. Como existe custo de demissão o empresário apenas expansões percebidas como mais sustentáveis se traduzem em contratações formais. Uma das principais peças do “quebra-cabeças” associado às mudanças sociais recentes foi duplicação do número empregos formais de 600 mil entre 2001-03 para 1.2 milhões entre 2004-06., conforme o gráfico abaixo ilustra.

### Geração Anual de Emprego Formal



Fonte: CPS/FGV a partir do dados do Caged

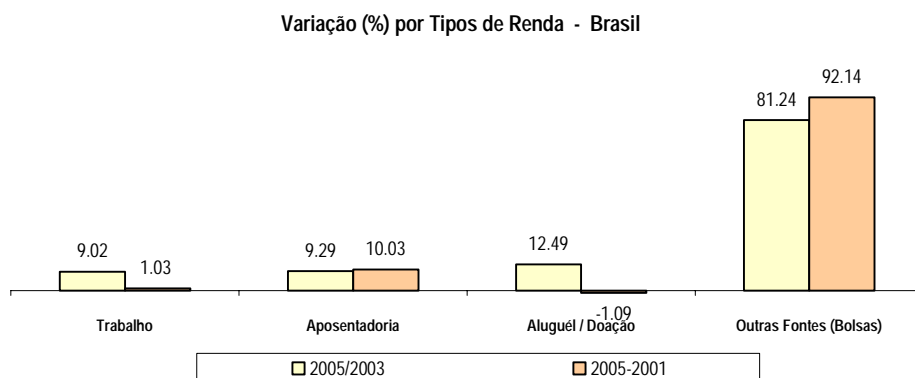
Outros indicadores sensíveis a risco de natureza diversa que vão desde o aumento do crédito pessoal do período até o aumento do número de casamentos formais de 8% em 2004. Embora nestes casos ver os determinantes institucionais destas mudanças. O efeito da redução abrupta de risco em modelos de

poupança precaucional é o de gerar um salto de uma vez por todas nas séries de consumo com menor taxa de crescimento posterior.

Em outubro de 2003, o governo adotou o Bolsa-Família, que seguia a mesma linha dos programas sociais de governos anteriores, expandindo o número de beneficiários e o tamanho médio do benefício e diversas melhorias como: promove o aumento dos benefícios aos mais pobres; também tenta integrar os diferentes programas, unificando no sistema o registro do beneficiário, e promove maior transparência e credibilidade para a sociedade. Em 2004, a economia brasileira apresentou boas melhoras, com o PIB crescendo a 4.5 % e a pobreza caindo. É importante notar que apesar da instabilidade no crescimento do PIB no período de 2001-2004, a desigualdade caiu durante todo o período, principalmente entre 2003 e 2004.

Na frente social, o salário-mínimo cresceu 75% em termos reais no início de 1995 a 2004 – e 94% até 2006. Incluindo o aumento de quase 10% real em 2005. O salário-mínimo também é o numerário de várias políticas de transferência de renda, indexando benefícios e critérios de elegibilidade, particularmente na previdência social. Em 1995, as despesas com programas sociais já chegavam a 50% do gasto social brasileiro e 11% do PIB. Em 1998, houve mudança nos programas sociais de renda com progressivos ajustes dos benefícios, mas que não foi especialmente notado, já que não exigiu nenhuma reforma ou mudança constitucional. A partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma gradual adoção dos programas, proveniente do governo central para os municípios que apresentavam os menores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa- escola, e agora o Bolsa Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais. A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000 geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias. Os impactos sociais da nova geração de políticas de renda não foram inteiramente avaliados porque mudanças nos benefícios dos programas sociais passados e a difusão das metas dos programas de renda foram graduais e relativamente recentes.

No gráfico abaixo, apresentamos a participação de diferentes fontes de renda no total domiciliar per capita, durante o segundo real, onde já é possível notar algumas mudanças. Mesmo com aumentos reais de 9,02%, a remuneração proveniente do trabalho perde um pouco de participação no total. Em contrapartida, o Efeito Bolsa-Família fica claro nos ganhos de renda do período, já que as rendas provenientes de bolsas passam a representar, em 2005, 1,77% da renda per capita total dos brasileiros (era 0,95% em 2001). Apresentam variação real de 92,14%, sendo 81,24% nos últimos três anos (quando a renda passa de R\$ 4,29 em 2003 para R\$ 7,78 em 2005). Por último, a



previdência mantém os 19% de participação na renda total, com acréscimos de 10% da renda, no período.

É preciso ter em mente que adoção e expansão de um novo regime de políticas de renda – sem acabar com o antigo regime – baseado na expansão das novas metas dos programas de transferência de renda financiados pelo governo federal leva a uma expansão das despesas públicas levando ao o pesado incremento da carga tributária em 10 pontos percentuais do PIB a partir de 1995, alcançando cerca de 38% no final de 2005 e altas taxas de juros real e contribuíram para o aumento da dívida pública brasileiro, a mais da metade do PIB.

### **Conclusões**

A política macroeconômica brasileira tem sido extremamente bem sucedida no controle da inflação. Uma parte não desprezível desse sucesso deve-se a uma atitude pragmática e focada em objetivos palpáveis. A adoção de metas inflacionárias desempenha hoje um papel fundamental nesse processo. Em primeiro lugar, coordenando a formulação de políticas públicas dentro do próprio estado. Em segundo lugar, sinalizando para a sociedade sobre as prioridades da ação governamental. Estes compromissos transmitem tranquilidade aos formadores de preços do lado real da economia e aos mercados financeiros. Os potenciais benefícios de um ambiente econômico bem informado não devem ser subestimados. Entretanto, o sucesso macroeconômico que se desenha tem encontrado pouca ressonância entre os brasileiros. O cidadão comum, ao contrário dos mercados, se sensibiliza menos com déficits financeiros do que com o resgate da dívida social.

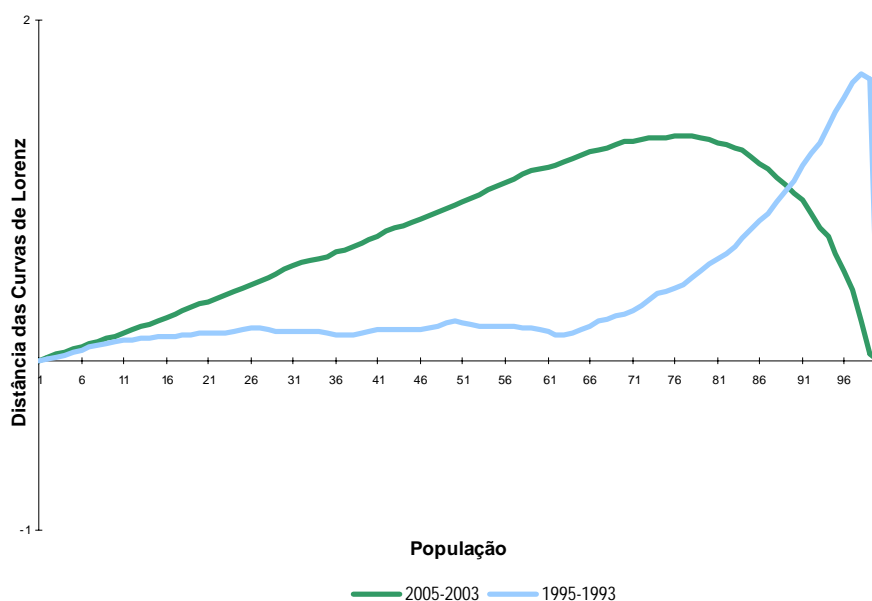
A sugestão é que o governo estenda parte da credibilidade conquistada na proposição dos compromissos macroeconômicos à política social. O governo se auto-imporia metas quanto a trajetória de longo prazo de indicadores sociais. O objetivo é conferir maior racionalidade ao debate travado cotidianamente pelo governo com a sociedade, incorporando a noção de restrição orçamentária ligada às prioridades sociais. As maiores falhas observadas no campo social são a falta de mecanismos de diálogo.

De forma geral, como dissemos é razoável afirmar que da mesma forma que a década anterior foi a da estabilização da inflação (e da universalização do ensino fundamental), a década atual é - até agora - a da redução da desigualdade de renda (e da geração de emprego formal) que são momentos do mesmo processo. Assim não faz muito sentido discutir-se quem é o pai da melhora distributiva recente. A estabilidade, em si, não garante a conquista do desenvolvimento humano sustentável. Da mesma forma que a fidelidade dos pares, não garante a ocorrência de casamentos felizes. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes.

## Quão gerais são os resultados?

Será que os movimentos dos indicadores sociais aqui reportados são válidos para outras especificações, por exemplo, outras linhas e indicadores de pobreza e outros indicadores de desigualdade? No que tange ao último aspecto, apesar da modesta melhora reportada entre 2004 e 2005 de alguns indicadores de desigualdade vistos como o Gini e o Theil, a razão da parcela apropriada pelos 10% mais ricos sobre a parcela dos 20% mais pobres ou em relação aos 50% mais pobres, a distribuição de renda per capita de 2005 não é necessariamente mais igualitária que a de 2004. A queda de alguns indicadores de desigualdade não é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis passíveis de serem utilizados. Agora, a distribuição de renda familiar per capita de 2005 domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2003, impulsionada pela marcada redução de desigualdade de 2004. Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2005 e 2002 além da comparação entre 2005 e 2001. Na verdade, a diferença as áreas das curvas tende a aumentar a medida que caminhamos em direção ao começo da década, mas o maior deslocamento de massa das distribuições se deu entre 2004 e 2003. A comparação que nos interessa mais é aquela das distancias entre as curvas de Lorenz de 1995-1993 e 2005-2003, respectivamente. O gráfico mostra que o maior deslocamento se deu no segundo período.

### Distância das Curvas de Lorenz - Renda Domiciliar Per Capita - 2005-2003 e 1995-1993



## Média

A comparação de dados de crescimento de renda domiciliar per capita gerados a partir da PNAD e do PIB Per Capita apresentam fortes discrepâncias em suas taxas de crescimento em diversos períodos, com especial ênfase aqueles de maior interesse aqui como de 1994 e 1995, sendo o primeiro captado por interpolação. Mas o que nos interessa mais é o último biênio e em particular em 2005. Neste ano tivemos um crescimento do PIB per capita comparável ao do Haiti (0.83%) enquanto o de renda domiciliar per capita da PNAD foi de 6.6%, mais próximo ao de países realmente emergentes como a Índia.

## Taxa de Crescimento

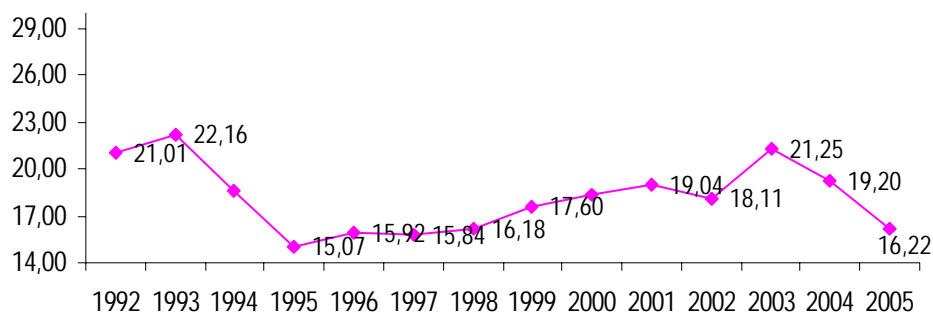
	Renda Domiciliar	PIB per Capita
1993	5.34%	3.26%
1994	12.38%	4.20%
1995	11.02%	2.62%
1996	1.59%	1.10%
1997	0.82%	1.72%
1998	1.59%	-1.36%
1999	-5.66%	-0.71%
2000	0.99%	2.82%
2001	0.98%	-0.17%
2002	0.30%	0.45%
2003	-5.81%	-0.91%
2004	3.14%	3.43%
2005	6.63%	0.83%

Fonte: CPS/FGV - PNAD/IBGE e Contas Nacionais

## Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

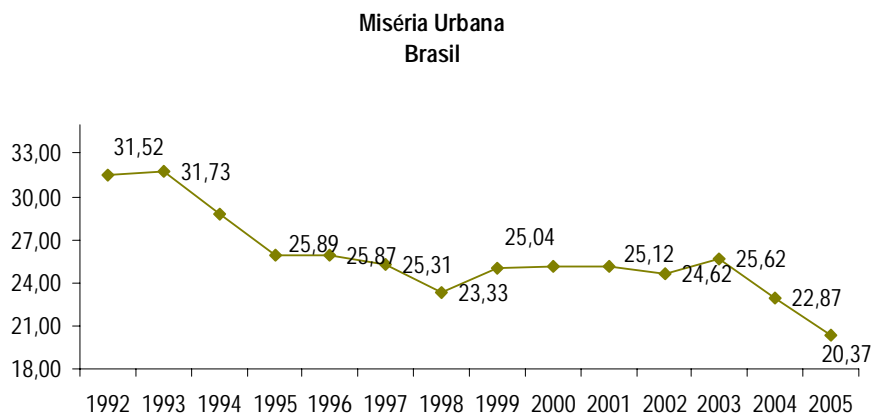
As metrópoles (comparadas às áreas urbanas e rurais) são os lugares que apresentaram o maior crescimento relativo da miséria no período entre 1995 e 2003, de 41%, refletindo a chamada crise metropolitana vigente; mas nos dois episódios em questão, as metrópoles foram as que apresentam os melhores desempenhos relativos, caindo 23.7% entre 2003 e 2005 e 32% entre 1993 e 1995. Na verdade fora os períodos 1993-95 e 2003-05, a miséria nas grandes metrópoles subiu praticamente em todos os anos. Após forte queda no período de Lua de Mel com o plano Real quando a miséria cai de 22,16% para 15,07%, ela sobe atingindo em 2003 21,25%, tendência de alta interrompida daí até 2005 quando chega a 16,22%.

Miséria Metropolitana  
Brasil



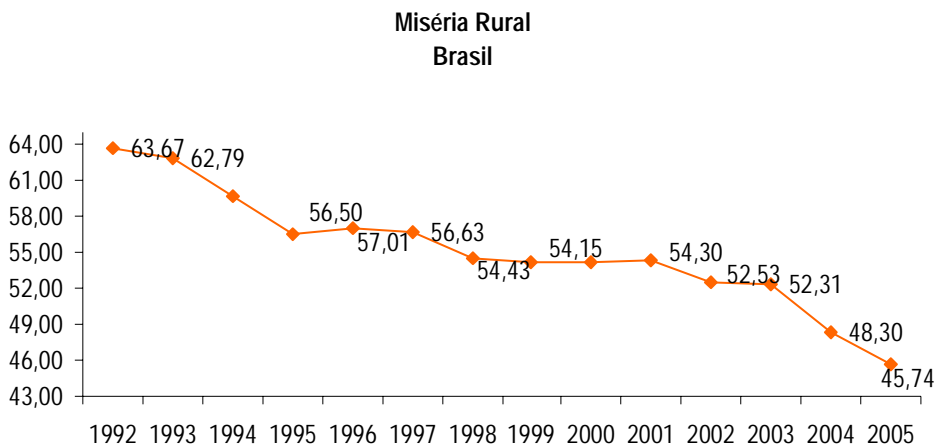
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As áreas urbanas refletindo a boa performance de cidades de tamanho intermediário são a que apresentam no período total de 1993 a 2005, a maior redução acumulada de miséria 35.8% superando as áreas metropolitanas e rurais com reduções de 26.8% e 27.2%, respectivamente. Tanto em termos de nível como nas variações ano a ano, a miséria urbana segue os padrões daquela observada para o país como um todo, inclusive os padrões de redução em anos eleitorais, como em 1998 e 2002. Olhando para o período 1993 a 2005 observamos queda sistemática da miséria urbana de 31.52% para 20.37%.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As áreas rurais apresentam um desempenho mais regular nos diversos sub-períodos. A miséria rural cai sistematicamente em quase todos os anos da série inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. Este padrão foi influenciado por políticas públicas voltadas para o campo, em particular programas de transferência de renda.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

## Descrição PANORAMA

### Informações Gerais

Ferramenta utilizada para medir a evolução anual da miséria e da renda (média e mediana) desde o início da década de 90. Permite visualizar essas informações baseadas em renda domiciliar per capita por diferentes grupos populacionais.

Selecione o tipo de análise a ser observada

- Miséria (linha (CPS /FGV)
- Miséria (linha de U\$ 1 – PPP)
- Média de Renda
- Mediana de Renda

The screenshot shows the 'Panorama da Miséria Nacional' web application interface. At the top, there is a blue header with the FGV logo on the left, the title 'Panorama da Miséria Nacional' in the center, and the subtitle 'Todas as Fontes de Renda - 1992 - 2005' below it. On the right side of the header is a logo for 'CPS' (Centro de Políticas Sociais). Below the header, there is a dropdown menu labeled 'Análise' with 'Miséria CPS' selected. Underneath the dropdown are three buttons: 'Gerar Tabelas', 'Limpar seleção', and 'Selecionar todas'. The main content area is divided into three sections, each with a title and a list of checkboxes:

- Características Demográficas:**
  - População Total
  - Anos de Estudo do chefe
  - Imigração
  - Sexo
  - Cor ou Raça
  - Faixa Etária
  - Posição na Família
- Características Sócio-Econômicas:**
  - Posição na Ocupação
  - Tempo de Empresa
  - Maternidade
- Características Espaciais:**
  - Tipo de Cidade
  - Estado
  - Local de Moradia
  - Região Metropolitana
  - Região Geográfica

At the bottom of the interface, there are three buttons: 'Gerar Tabelas', 'Limpar seleção', and 'Selecionar todas'.

## Pesquisas



[Crescimento  
Pró-Pobre](#)



[A Fonte da  
Juventude](#)



[Retratos do  
Cárcere](#)



[Miséria em  
Queda](#)



[Educação da Primeira  
Infância](#)



[Retornos da  
Educação](#)



[Sexo, Casamento  
e Economia](#)



[Perfil das Mães  
Brasileiras](#)



[Retratos das Religiões  
no Brasil](#)



[Mapa do Fim  
da Fome](#)



[Mapa da Exclusão  
Digital](#)



[Retratos da  
Deficiência](#)

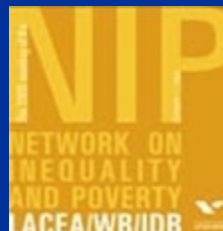
## Seminários



Qualidade da  
Educação



Educação da  
Primeira  
Infância



Network on  
Inequality  
and poverty

[www.fgv.br/cps/pesquisas/cps\\_links.ppt](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/cps_links.ppt)



<sup>i</sup> O Governo FHC começa em janeiro de 2005 o natural seria usar dados de outubro de 1994, data de implantação da PNAD. Como não houve PNAD em 1994, optamos por usar os dados de 1993 como ano inicial do governo, uma vez que como os dados da Pesquisa Mensal do Emprego indicam a maior parte da redução da miséria trabalhista observada entre 1993 e 1995 ocorreu no primeiro semestre de 1995, já nos idos do primeiro mandato de FHC.

<sup>ii</sup> O Governo FHC começa em janeiro de 2005 o natural seria usar dados de outubro de 1994, data de implantação da PNAD. Como não houve PNAD em 1994, optamos por usar os dados de 1993 como ano inicial do governo, uma vez que como os dados da Pesquisa Mensal do Emprego indicam a maior parte da redução da miséria trabalhista observada entre 1993 e 1995 ocorreu no primeiro semestre de 1995, já nos idos do primeiro mandato de FHC.

<sup>iii</sup> Em outras palavras, além dos canais reais inflação também afeta a mensuração da desigualdade de maneira espúria. Ou seja, não é apenas causalidade que explica a coincidência entre picos de inflação e desigualdade, que aconteceram no Brasil em 1989 e 1994, mas erros de mensuração. Adicionalmente como a renda nominal são recebidas em diferentes momentos, e isto exigiria deflacionamento com timing diferenciado dos diferentes tipos de rendas (ver Neri (1995) a respeito).

<sup>iv</sup> Tecnicamente próxima da definição clássica de Cagan taxas mensais acima de 50% por pelo menos seis meses. A inflação dos seis meses pré-real foi na média de % ao mês, com relativa constancia, ao contrário das hiperinflações clássicas européias dos anos 20 de natureza mais explosiva.

<sup>v</sup>

<sup>vi</sup>

<sup>vii</sup> Por exemplo, toda a família de indicadores da família FGT tais como a proporção de pobres (P0), o Hiato de Pobreza (P1) e o Hiato Quadrático de Pobreza (P2). Cabe lembrar que nesta análise de dominância não estamos fazendo a deflação espacial, vide apêndice.

<sup>viii</sup> A mesma dominância de pobreza ocorre no período 2001 e 2002 e conseqüentemente no período 2001 a 2004. Os resultados da PNAD de 2002, receberam à época de sua divulgação em 2003 e depois, pouca atenção. A queda da miséria e o

---

aumento de emprego (postos de trabalho) gerados são algumas das conquistas observadas ao apagar das luzes do Governo Fernando Henrique.

<sup>ix</sup> Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o computo de renda domiciliar per capita leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

<sup>xx</sup> Tecnicamente próxima da definição clássica de Cagan taxas mensais acima de 50% por pelo menos seis meses. A inflação dos seis meses pré-real foi na média de % ao mês, com relativa constancia, ao contrário das hiperinflações clássicas europeias dos anos 20 de natureza mais explosiva.

<sup>xi</sup> Como existe custo de demissão o empresário apenas expansões percebidas como mais sustentáveis se traduzem em contratações formais. Uma das principais peças do “quebra-cabeças” associado às mudanças sociais recentes foi duplicação do número empregos formais de 600 mil entre 2001-03 para 1.2 milhões entre 2004-06.